



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

ÍNDICE

BALANÇO.....	1
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS.....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP - Divulgação transitória	9
1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	14
2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
3. Ativos intangíveis.....	23
4. Acordos de concessão de serviços: Concendente	27
5. Ativos fixos tangíveis	30
6. Locações	37
7. Custos de empréstimos obtidos	39
9. Imparidade de ativos	41
10. Inventários	43
13. Rendimento de transações com contraprestação	46
14. Rendimento de transações sem contraprestação	48
15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	50
17. Acontecimentos após a data de relato	54
18. Instrumentos financeiros.....	56
19. Benefícios dos empregados	63
30. Outras divulgações.....	66

BALANÇO

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	36 388 878,72	37 945 255,69
Ativos intangíveis	3	150 698,85	44 746,44
Investimentos Participações financeiras	18.2	198 490,50	198 490,50
Diferimentos	30.6	723 027,04	624 083,91
		37 461 095,11	38 812 576,54
Ativo corrente			
Inventários	9/10	290 237,01	112 349,85
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1	84 326,26	122 515,61
Clientes, contribuintes e utentes	9/18.1	251 918,98	255 157,78
Estado e outros entes públicos	18.1	59 143,11	61 506,74
Outras contas a receber	18.1	727 614,25	762 390,20
Diferimentos	30.6	68 953,96	76 029,86
Caixa e depósitos	1.3	675 593,35	606 592,46
		2 157 786,92	1 996 542,50
TOTAL DO ATIVO		39 618 882,03	40 809 119,04
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30.1	20 797 571,29	20 797 571,29
Resultados transitados	30.1	1 900 451,18	2 320 925,93
Outras variações no património líquido	30.1	10 757 694,58	10 746 148,09
Resultado líquido do período	30.1	(761 300,95)	(347 007,98)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		32 694 416,10	33 517 637,33
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	63 394,16	82 943,37
Financiamentos obtidos	7/18.3	4 144 277,16	4 533 834,14
Outras contas a pagar	18.3	408 678,93	179 688,70
		4 616 350,25	4 796 466,21
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.3	624 083,91	667 259,80
Fornecedores	18.3	97 716,90	412 920,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.3	15 230,00	17 026,50
Estado e outros entes públicos	18.3		5,29
Financiamentos obtidos	6/7/18.3	389 557,00	436 283,77
Outras contas a pagar	18.3	602 435,37	593 553,13
Diferimentos	30.7	579 092,50	367 966,80
		2 308 115,68	2 495 015,50
TOTAL DO PASSIVO		6 924 465,93	7 291 481,71
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		39 618 882,03	40 809 119,04

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14/30.2	+	1 147 382,60	1 146 649,30
Vendas	13/30.2	+	510 470,49	517 035,67
Prestações de serviços e concessões	13/30.2	+	952 785,42	919 090,98
Transferências e subsídios correntes obtidos	14/30.2	+	5 246 365,93	4 757 113,80
Trabalhos para a própria entidade	30.2	+	269 789,03	157 337,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.3	-	(1 003 319,73)	(855 621,64)
Fornecimentos e serviços externos	30.3/30.5	-	(1 376 792,83)	(1 134 354,86)
Gastos com pessoal	19	-	(3 878 520,47)	(3 611 806,17)
Transferências e subsídios concedidos	30.3/30.4	-	(674 237,88)	(351 121,46)
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10.2/30.3	+/-	(3 518,01)	(1 038,51)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/30.3	+/-	(160 981,91)	(52 455,89)
Provisões (aumentos/reduções)	15/30.3	+/-	19 061,40	(1 704,83)
Outros rendimentos e ganhos	13/14/30.2	+	708 935,93	665 367,03
Outros gastos e perdas	30.3	-	(133 345,49)	(78 768,72)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO			1 624 074,48	2 075 721,85
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3.1/5.1/30.3	+/-	(2 282 072,29)	(2 323 259,91)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)			(657 997,81)	-247 538,06
Juros e rendimentos similares obtidos	13/30.2	+		2 818,83
Juros e gastos similares suportados	7/30.3	-	(103 303,14)	(102 288,75)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS			(761 300,95)	(347 007,98)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			(761 300,95)	(347 007,98)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO		NOTAS	CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	30.1	20 797 571,29	2 320 925,93	10 746 148,09	(347 007,98)	33 517 637,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0.		(73 466,77)			(73 466,77)
Transferências e subsídios de capital		0.			(17 506,91)		(17 506,91)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(347 007,98)	29 053,40	347 007,98	29 053,40
	(2)			(420 474,75)	11 546,49	347 007,98	(61 920,28)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	30.1				(761 300,95)	(761 300,95)
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)					(414 292,97)	(823 221,23)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	30.1	20 797 571,29	1 900 451,18	10 757 694,58	(761 300,95)	32 694 416,10

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS			NOTAS	PERÍODOS	
				31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		1 344 781,63	1 376 935,71
Recebimento de contribuintes		+		1 081 930,50	981 159,75
Recebimentos transferências e subsídios correntes				5 189 927,68	4 734 477,22
Recebimento de utentes		+		136 587,12	47 670,31
Pagamentos a fornecedores		-		(2 293 273,86)	(1 930 017,37)
Pagamentos ao pessoal		-		(3 834 962,82)	(3 597 478,32)
Pagamentos de transferências e subsídios		-		(748 490,36)	(419 920,22)
Caixa gerada pelas operações		+/-		876 499,89	1 192 827,08
Outros recebimentos		+		27 578,89	43 923,58
Outros pagamentos		-			(73,24)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	+/-		904 078,78	1 236 677,42
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-		(1 224 231,76)	(1 457 808,54)
Ativos intangíveis		-		(52 337,91)	(30 899,23)
Investimentos financeiros		-			(11 027,25)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+		46 018,50	49 384,30
Subsídios ao investimento		+		340 711,47	215 595,69
Transferências de capital		+	14	580 298,00	535 907,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b)	+/-		(309 541,70)	(698 848,03)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(436 283,75)	(436 283,80)
Juros e gastos similares		-		(89 252,44)	(96 372,76)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c)			(525 536,19)	(532 656,56)
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)		1.3	69 000,89	5 172,83
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	1.3	606 592,46	601 419,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	1.3	675 593,35	606 592,46
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA					
Caixa e seus equivalentes no início do período			1.3	606 592,46	601 419,63
- Equivalentes a caixa no início do período					
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa					
- Variações cambiais de caixa no início do período					
= Saldo da gerência anterior			1.3	606 592,46	601 419,63
De execução orçamental			1.3	535 665,32	513 740,36
De operações de tesouraria			1.3	70 927,14	87 679,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período			1.3	675 593,35	606 592,46
- Equivalentes a caixa no fim do período					
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa					
- Variações cambiais de caixa no fim período					
= Saldo da gerência seguinte			1.3	675 593,35	606 592,46
De execução orçamental			1.3	587 276,06	535 665,32
De operações de tesouraria			1.3	88 317,29	70 927,14

0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP - Divulgação transitória

As demonstrações financeiras apresentadas em 2020 foram as primeiras elaboradas de acordo com o referencial contabilístico assente no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com o referido normativo, de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, das alterações à posição financeira, da performance financeira e dos fluxos de caixa do Município.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos e das condições no respeitante ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

É entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que o período de transição do normativo anterior para o SNC-AP, possa ter a duração de até 3 anos, uma vez que a *International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 - First Time Adoption of Accrual Basis*, estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público e prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração de até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Complementarmente, o Manual de Implementação do SNC-AP (previsto no artigo 12.º do referencial contabilístico) estabelece, no capítulo 2, procedimentos para a implementação relativos ao (des)reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, convergentes com os previstos na IPSAS 33.

No Município de Borba, a maioria das situações referentes a ajustamentos de transição, ocorreu no primeiro ano de implementação. No entanto, em 2021, foram identificadas mais três situações associadas ao processo de transição, tendo as mesmas sido devidamente refletidas na conta 56.4 - Resultados transitados - Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

As alterações introduzidas em 2021 dizem respeito ao reconhecimento de bens do domínio público e de uma pequena parcela de terreno, e ao desreconhecimento de um projeto de desenvolvimento (projeto do parque de feiras e exposições).

Neste sentido, o mapa seguinte reflete todos os ajustamentos de transição efetuados em 2020 e em 2021.

RUBRICAS DO BALANÇO		VALORES CONFORME NORMATIVO ANTERIOR	RECONHECIMENTO	DESRECONHECIMENTO	CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO	IMPARI-DADES / REVER-SÕES	OUTROS	RETIFICA-ÇÕES	RECLASSI-FICAÇÕES	SNC-AP
CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2019								31/12/2021
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
AT1	ATIVO	37 308 928,11 €	700 672,15 €	-80 138,38 €	3 245 728,94 €	0,00 €	0,00 €	-107 224,67 €	0,00 €	41 067 966,15 €
AT11	ATIVOS NÃO CORRENTES	35 638 490,19 €	673 184,86 €	-80 138,38 €	3 245 728,94 €	0,00 €	0,00 €	-107 224,67 €	0,00 €	39 370 040,94 €
B01	Ativos fixos tangíveis	35 267 951,37 €	5 925,06 €	-746,55 €	3 257 113,26 €					38 530 243,14 €
B03	Ativos intangíveis	49 093,31 €		-79 391,83 €	-11 384,32 €					-41 682,84 €
B05	Participações financeiras	198 490,50 €								198 490,50 €
B08	Diferimentos	0,00 €	667 259,80 €							667 259,80 €
B56	Outras contas a receber	122 955,01 €						-107 224,67 €		15 730,34 €
AT12	ATIVOS CORRENTES	1 670 437,92 €	27 487,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 697 925,21 €
B11	Inventários	119 088,04 €								119 088,04 €
B15	Clientes, contribuintes e utentes	127 101,38 €								127 101,38 €
B16	Estado e outros entes públicos	64 659,66 €								64 659,66 €
B18	Outras contas a receber	725 775,08 €								725 775,08 €
B19	Diferimentos	32 394,13 €	27 487,29 €							59 881,42 €
B23	Caixa e depósitos	601 419,63 €								601 419,63 €
PL11	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-30 814 920,56 €	694 747,09 €	746,55 €	-3 245 728,94 €		-694 747,09 €	107 224,67 €		-33 879 211,51 €
B24	Património/Capital	-20 797 571,29 €								-20 797 571,29 €
B29	Resultados transitados	4 665 286,82 €	694 747,09 €	74 213,32 €	-3 245 728,94 €		-694 747,09 €	-3 647 454,13 €		-2 153 682,93 €
B32	Outras variações no património líquido	-14 588 859,86 €						3 754 678,80 €		-10 834 181,06 €
B33	Resultado líquido do período	-93 776,23 €								-93 776,23 €

RUBRICAS DO BALANÇO		VALORES CONFORME NORMATIVO ANTERIOR	RECONHECIMENTO	DESRECONHECIMENTO	CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO	IMPARIDADES / REVERSÕES	OUTROS	RETIFICAÇÕES	RECLASSIFICAÇÕES	SNC-AP
CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2019								31/12/2021
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)+...(9)
P1	PASSIVO	-6 494 007,55 €	-694 747,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 188 754,64 €
P11	PASSIVO NÃO CORRENTE	-5 230 665,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 230 665,50 €
B36	Provisões	-81 238,54 €								-81 238,54 €
B37	Financiamentos obtidos	-4 969 819,71 €								-4 969 819,71 €
B42	Outras contas a pagar	-179 607,25 €								-179 607,25 €
P12	PASSIVO CORRENTE	-1 263 342,05 €	-694 747,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 958 089,14 €
B43	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		-694 747,09 €							-694 747,09 €
B44	Fornecedores	-50 530,29 €								-50 530,29 €
B45	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-13 591,20 €								-13 591,20 €
B46	Estado e outros entes públicos	-83 287,68 €								-83 287,68 €
B48	Financiamentos obtidos	-454 308,91 €								-454 308,91 €
B50	Outras contas a pagar	-652 619,83 €								-652 619,83 €
B51	Diferimentos	-9 004,14 €								-9 004,14 €

Relativamente ao ano 2021, os ajustamentos de transição estão identificados, em cada conta, no balanço seguinte, assim como a evolução ao longo de 2021, comparando SNC-AP a 31/12/2020 e a 31/12/2021.

RÚBRICAS DO BALANÇO		SNC-AP	AJUSTES DE TRANSIÇÃO - 2021		OUTROS MOVIMENTOS EM 2021	SNC-AP
CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2020	RECONHEC.	DESRECONHEC.		31/12/2021
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(10)=(2)+...+(9)	
AT1	ATIVO	40 809 119,04 €	5 925,06 €	-79 391,83 €	-1 275 553,90 €	39 618 882,03 €
AT11	ATIVOS NÃO CORRENTES	38 812 576,54 €	5 925,06 €	-79 391,83 €	-1 436 798,32 €	37 461 095,11 €
B01	Ativos fixos tangíveis	37 945 255,69 €	5 925,06 €		-1 562 302,03 €	36 388 878,72 €
B03	Ativos intangíveis	44 746,44 €		-79 391,83 €	26 560,58 €	150 698,85 €
B05	Participações financeiras	198 490,50 €			0,00 €	198 490,50 €
B08	Diferimentos	624 083,91 €			98 943,13 €	723 027,04 €
AT12	ATIVOS CORRENTES	1 996 542,50 €	0,00 €	0,00 €	161 244,42 €	2 157 786,92 €
B11	Inventários	112 349,85 €			177 887,16 €	290 237,01 €
B12	Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis	122 515,61 €			-38 189,35 €	84 326,26 €
B15	Clientes, contribuintes e utentes	255 157,78 €			-3 238,80 €	251 918,98 €
B16	Estado e outros entes públicos	61 506,74 €			-2 363,63 €	59 143,11 €
B18	Outras contas a receber	762 390,20 €			-34 775,95 €	727 614,25 €
B19	Diferimentos	76 029,86 €			-7 075,90 €	68 953,96 €
B23	Caixa e depósitos	606 592,46 €			69 000,89 €	675 593,35 €
PL11	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	-33 517 637,33 €	73 466,77 €	0,00 €	749 754,46 €	-32 694 416,10 €
B24	Património/Capital	-20 797 571,29 €			0,00 €	-20 797 571,29 €
B29	Resultados transitados	-2 320 925,93 €	73 466,77 €		347 007,98 €	-1 900 451,18 €
B32	Outras variações no património líquido	-10 746 148,09 €			-11 546,49 €	-10 757 694,58 €
B33	Resultado líquido do período	347 007,98 €			414 292,97 €	761 300,95 €
P1	PASSIVO	-7 291 481,71 €	0,00 €	0,00 €	367 015,78 €	-6 924 465,93 €
P11	PASSIVO NÃO CORRENTE	-4 796 466,21 €	0,00 €	0,00 €	180 115,96 €	-4 616 350,25 €
B36	Provisões	-82 943,37 €			19 549,21 €	-63 394,16 €
B37	Financiamentos obtidos	-4 533 834,14 €			389 556,98 €	-4 144 277,16 €
B42	Outras contas a pagar	-179 688,70 €			-228 990,23 €	-408 678,93 €
P12	PASSIVO CORRENTE	-2 495 015,50 €	0,00 €	0,00 €	186 899,82 €	-2 308 115,68 €
B43	Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	-667 259,80 €			43 175,89 €	-624 083,91 €
B44	Fornecedores	-412 920,21 €			315 203,31 €	-97 716,90 €
B45	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-17 026,50 €			1 796,50 €	-15 230,00 €
B46	Estado e outros entes públicos	-5,29 €			5,29 €	0,00 €
B48	Financiamentos obtidos	-436 283,77 €			46 726,77 €	-389 557,00 €
B50	Outras contas a pagar	-593 553,13 €			-8 882,24 €	-602 435,37 €
B51	Diferimentos	-367 966,80 €			-211 125,70 €	-579 092,50 €

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

Designação: Município de Borba

Endereço: Praça da República, 7150-249 Borba

NIF: 503956546

1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) - Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Foi elaborado um balanço de abertura a 1 de janeiro de 2020, de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP. O balanço e a demonstração de resultados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior, baseado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de mera conversão dos saldos das contas e rubricas, de acordo com o previsto no SNC-AP.

Para apoiar o processo de transição, o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) emitiu, em 01/01/2017, a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 que versa sobre a adoção pela primeira vez da base do acréscimo das IPSAS e que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o órgão de gestão do Município, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operações inerentes à figura subjacente à adoção pela primeira vez da base do acréscimo.

1.3 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, é a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
11	Caixa	5 569,60	13 353,36
12	Depósitos à ordem	585 249,96	523 944,15
13	Outros depósitos		
	- Depósitos de garantias e cauções	84 773,79	69 294,95
TOTAL		675 593,35	606 592,46

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme mapa seguinte:

DESIGNAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
- Execução orçamental	587 276,06	535 665,32
- Operações de tesouraria	88 317,29	70 927,14
SALDO DA GERÊNCIA	675 593,35	606 592,46

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

- **Informação Comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contábilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo, procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Os ajustamentos decorrentes da aplicação pela primeira vez do SNC-AP, encontram-se refletidos na conta 56.4 - Ajustamentos de transição.

- **Consistência de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contábilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante.

- **Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

- **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

- **Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, o Município, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

- **Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

- **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas definidas pelo órgão de gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Na transição para o novo normativo contabilístico foram efetuadas reclassificações, tendo por base o Classificador Complementar 2 (CC2).

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. Os prédios rústicos e urbanos, e caso não exista informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, devem ser mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador Complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento ou utilização. Estes ativos passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b) Propriedades de investimento

Atendendo ao disposto na NCP 8, o Município de Borba não é detentor de propriedades de investimento.

c) Ativos intangíveis

Analisando os bens que compunham esta conta, e de acordo com o normativo anterior (POCAL), verificou-se em 2020 que alguns destes bens não satisfaziam a definição de ativo intangível no SNC-AP. Em 2021, dando continuidade a um trabalho de conferência e análise dos ativos, foi identificado um bem que não satisfazia a definição de ativo intangível, pelo que se procedeu ao seu desreconhecimento e transferência para a conta 56.4 - Ajustamentos de transição.

Por outro lado, a política contabilística adotada, traduz-se no seguinte referencial:

- Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades;
- As amortizações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador Complementar 2 (CC2);
- As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato deve ser efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

e) Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade, de forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

f) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial, conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte do investidor nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte do investidor nos resultados da participada é reconhecida nos resultados do investidor. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial, juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do investidor na participada.

Face às participações detidas, será seguido o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, ajustado de imparidades necessárias ao reconhecimento do ativo.

g) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

h) Transferências e subsídios

As transferências de capital do Estado para os municípios, no âmbito do previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e outros de idêntica natureza, a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, a afetação para resultados, equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à sua imputação à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados, numa base sistemática, como rendimentos, de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

• Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "Clientes" e "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de "Clientes" e "Outros valores a receber", respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foram submetidos pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Município não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das suas contas a receber (dívida superior a um ano).

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo método do custo, sendo classificados como passivo corrente, a não ser que o Município tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes, pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

- **Caixa, depósitos bancários e outros depósitos**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

j) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Represente uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável.

Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Para além da referência, em especial, neste exercício, à doença COVID-19, salientamos ainda a situação de conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, uma vez que desde o início do mesmo, os mercados financeiros em todo o mundo caíram drasticamente e os preços do petróleo, gás natural, metais e produtos alimentares subiram em flecha e, conseqüentemente, os preços dos combustíveis e das matérias-primas, cujos efeitos ainda não são mensuráveis, mas poderão influenciar os exercícios futuros.

3. Ativos intangíveis

3.1 - Pressupostos, quantia escriturada e movimentos do ano dos Ativos Intangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVOS INTANGÍVEIS	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Taxas de amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	linha reta	linha reta

d) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS		31/12/2020			31/12/2021		
		QUANTIA BRUTA	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
443	Programas de computador e sistemas de informação	352 801,20	325 206,62	27 594,58	369 156,17	348 815,86	20 340,31
444	Propriedade industrial e intelectual				87 298,68	291,00	87 007,68
454	Ativos intangíveis em curso	17 151,86		17 151,86	43 350,86		43 350,86
TOTAL		369 953,06	325 206,62	44 746,44	499 805,71	349 106,86	150 698,85

e) Quantia escriturada e movimentos do período

RUBRICAS		QUANTIA ESCRITURADA INICIAL	VARIAÇÕES				QUANTIA ESCRITURADA FINAL
			ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	DIMINUIÇÕES	
442	Projetos de desenvolvimento			79 391,83		-79 391,83	
443	Programas de computador e sistemas de informação	27 594,58	16 354,97		-23 609,24		20 340,31
444	Propriedade industrial e intelectual		87 298,68		-291,00		87 007,68
454	Ativos intangíveis em curso	17 151,86	26 199,00				43 350,86
TOTAL		44 746,44	129 852,65	79 391,83	-23 900,24	-79 391,83	150 698,85

O acréscimo verificado nos “Ativos intangíveis” respeita, essencialmente, à celebração, com a “IP Património - Administração e gestão imobiliária, S.A.”, do “Contrato de subconcessão de uso privativo de parcelas de terrenos e conjunto edificado da estação ferroviária de Borba, no ramal de Vila Viçosa, do domínio público ferroviário”, por um período de 25 anos.

De referir ainda o aumento nos “Ativos intangíveis em curso” referentes a projetos de cartografia, à revisão do PDM e à elaboração da estratégia local de habitação em Borba.

f) Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS		ADIÇÕES		
		COMPRA	OUTRAS	TOTAL
443	Programas de computador e sistemas de informação	16 354,97		16 354,97
444	Propriedade industrial e intelectual		87 298,68	87 298,68
454	Ativos intangíveis em curso	26 199,00		26 199,00
	TOTAL	42 553,97	87 298,68	129 852,65

g) Ativos Intangíveis - Diminuições

RUBRICAS		DIMINUIÇÕES	
		OUTRAS	TOTAL
442	Projetos de desenvolvimento	-79 391,83	-79 391,83
	TOTAL	-79 391,83	-79 391,83

A diminuição dos “Ativos intangíveis” respeita à regularização do projeto do parque de feiras e exposições, que se encontrava em “Ativos fixos tangíveis em curso”, mas que se entendeu encontrar-se desajustado das necessidades atuais, procedendo-se assim à transferência para “Projetos de desenvolvimento” e consequente abate/desreconhecimento. Esta situação foi considerada como ajuste de transição para o SNC-AP.

3.5 - Ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda estejam em uso

CONTA	DESIGNAÇÃO	VALOR
443	Programas de computador e sistemas de informação	304 565,87

4. Acordos de concessão de serviços: Concendente

O Município de Borba não celebrou contratos de concessão de serviços que abarquem pagamentos.

CONTRATO DE CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIO	ATIVO DE CONCESSÃO	PERÍODO DE CONCESSÃO	VALOR DO CONTRATO	PAGAMENTOS AO CONCESSIONÁRIO		
					ANOS ANTERIORES	ANO CORRENTE	ANOS FUTUROS
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, SA. (atual "E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA")	-	20 Anos	-	-	-	-
Concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Alentejo.	Águas do Vale do Tejo, S.A.	-	30 Anos	-	-	-	-

O período referente ao contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão encontra-se a atingir o seu final, estando contratualmente previsto até 2022.

Os ativos alocados à concessão não estão identificados com fiabilidade, devido ao facto de não ter sido possível recolher em tempo útil a informação necessária, junto dos concessionários, para se proceder ao respetivo registo nas demonstrações financeiras.

A "E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA", forneceu informação, com os valores líquidos da concessão que se apresentam de seguida. Tal como referido estes valores não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do Município, dada a data em que a informação nos foi fornecida.

ATIVOS EM CONCESSÃO E-REDES - 2021	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR DOS ATIVOS DA CONCESSÃO NA DATA DA SUA CONCLUSÃO
				(valor de resgate ou de indemnização)
Imobilizado em Exploração	5 068 762,75	3 797 691,54	1 271 071,21	913 556,00
Subsídios ao Investimento	1 805 507,75	1 532 953,36	272 554,39	
TOTAIS	3 263 255,00	2 264 738,18	998 516,82	913 556,00

ATIVOS EM CONCESSÃO E-REDES - 2020	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR DOS ATIVOS DA CONCESSÃO NA DATA DA SUA CONCLUSÃO
				(valor de resgate ou de indemnização)
Imobilizado em Exploração	5 178 566,00	3 841 434,00	1 337 132,00	956 390,00
Subsídios ao Investimento	1 879 077,00	1 569 843,00	309 233,00	
TOTAIS	3 299 489,00	2 271 591,00	1 027 899,00	956 390,00

A vida útil dos ativos identificados pela entidade “E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA” é a que se apresenta.

ESPECÍFICO EM BT	VIDA ÚTIL (anos)
Postos transformação e seccionamento	25
Redes aéreas	25
Redes subterrâneas	25
Chegadas aéreas	25
Chegadas subterrâneas	25
Contadores e acessórios	10
Contadores e acessórios	10
Outros equipamentos	10
Equipamentos acessórios e outros	NA
Iluminação pública	25
Equipamento telegestão Energia EDP Box (instalado até 31/12/2017)	10
Outras funcionalidades	10
Função medição	10
Equipamento telegestão Energia EDP Box (instalado após 01/01/2018)	10

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 - Pressupostos, quantia escriturada e movimentos do ano dos Ativos Fixos Tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método de custo, para os ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos após 1 de janeiro de 2020, são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2 (CC2). Sempre que se justifique, a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo, nestes casos, serem adotados outras estimativas de depreciação ou imparidades.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
TAXAS DE DEPRECIAÇÃO	5,00%	entre 5% e 20%	25,00%	12,50%	entre 2% e 25%
MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

d) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	INÍCIO DO PERÍODO			FIM DO PERÍODO		
	QUANTIA BRUTA	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	413 151,01		413 151,01	413 151,01		413 151,01
Edifícios e outras construções	2 417 927,18	679 229,83	1 738 697,35	2 503 608,82	726 219,93	1 777 388,89
Infraestruturas	36 665 326,22	23 428 383,02	13 236 943,20	37 425 231,84	25 027 820,25	12 397 411,59
Património histórico, artístico e cultural	139 283,57		139 283,57	143 283,57		143 283,57
Bens de domínio público em curso	669 707,53		669 707,53	64 683,35		64 683,35
	40 305 395,51	24 107 612,85	16 197 782,66	40 549 958,59	25 754 040,18	14 795 918,41
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	3 684 162,15		3 684 162,15	3 536 380,52		3 536 380,52
Edifícios e outras construções	23 530 963,43	6 432 157,07	17 098 806,36	23 924 107,51	6 863 556,32	17 060 551,19
Equipamento básico	1 151 519,35	1 029 760,28	121 759,07	1 216 504,50	1 085 474,99	131 029,51
Equipamento de transporte	1 862 206,94	1 440 400,74	421 806,20	1 943 203,08	1 529 384,32	413 818,76
Equipamento administrativo	654 720,39	601 792,89	52 927,50	661 380,58	620 135,85	41 244,73
Outros	754 780,42	709 398,36	45 382,06	771 509,91	725 755,27	45 754,64
Ativos fixos tangíveis em curso	322 629,69		322 629,69	364 180,96		364 180,96
	31 960 982,37	10 213 509,34	21 747 473,03	32 417 267,06	10 824 306,75	21 592 960,31
TOTAL	72 266 377,88	34 321 122,19	37 945 255,69	72 967 225,65	36 578 346,93	36 388 878,72

O aumento verificado da “quantia bruta”, no ano de 2021, resulta do investimento efetuado em várias infraestruturas do Município, com especial relevância para as infraestruturas rodoviárias, nomeadamente:

- Estrada Municipal 506, entre os limites dos concelhos de Estremoz e de Monforte, passando pela Freguesia de Orada;
- Caminho Municipal 1040, entre o Caminho Municipal 506-1 e Aldeia de Sande, passando pela povoação de Alcaraviça;
- Caminho Municipal 1042, entre a localidade de Rio de Moinhos e a Estrada Municipal 508;
- Caminho Municipal 1170, na Rua das Casas Novas, em Borba.

De referir ainda os investimentos efetuados na reabilitação do acesso pedonal do “Adarve da muralha do Castelo de Borba” e em infraestruturas elétricas e comunicação em Rio de Moinhos (Rua Combatentes do Ultramar).

Por outro lado, verifica-se uma diminuição dos “Terrenos e recursos naturais”, justificada, essencialmente, pela reclassificação dos terrenos/lotas que se encontram para venda. Até 2021 encontravam-se registados como ativos fixos tangíveis, mas em 2021 foram alterados para “Mercadorias - Terrenos destinados a venda”.

Em 2021 também se procedeu à venda do lote 41 do Loteamento do Forno (Orada), do lote 1 do Loteamento habitacional de Rio de Moinhos e do lote 77 da Zona Industrial da Cruz de Cristo (que antes reverteu para o Município, no mesmo exercício de 2021).

Este acréscimo verificado na “quantia bruta” não é acompanhado ao nível da “quantia escriturada”, verificando-se uma redução significativa nesta quantia. Esta situação é justificada, por um lado pelo acréscimo das depreciações acumuladas resultante do aumento dos ativos fixos tangíveis, e por outro, pela redução dos bens do domínio público em curso.

Encontram-se “em curso” os seguintes investimentos:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	VALOR
Reabilitação do Celeiro da Cultura	212 637,96 €
Melhoramentos em habitação - Aldeia Lacerda n.º 19	7 616,35 €
Reabilitação/adaptação de Edifício para criação de Centro de Dia da Nora	3 198,00 €
Reabilitação/adaptação de edifício para criação de Centro de Dia da Orada	2 214,00 €
Reabilitação de Edifício sito na rua S. Sebastião n.º 6 (Casa Social de Borba)	91 600,58 €
Reabilitação de Edifício na Rua S. Bartolomeu n.º 22 (Museu do Brinquedo)	12 300,00 €
Reabilitação de Edifício na Rua Fernão Penteado, n.º 20 (Museu de Borba)	20 910,00 €
Projeto ARU - Centro Comunitário	4 797,00 €
Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba	3 382,50 €
Ecopista	14 170,94
Palacete Alvarez	5 524,57
Ligação física de telecomunicações - Fibra Ótica	50 512,41
TOTAL	428 864,31 €

e) Quantia escriturada e movimentos do período

RUBRICAS	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL	VARIAÇÕES				QUANTIA ESCRITURADA FINAL
		ADIÇÕES	TRANSFERENCIAS INTERNAS	DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO	DIMINUIÇÕES	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	413 151,01					413 151,01
Edifícios e outras construções	1 738 697,35	33 819,72	51 861,92	-46 990,10		1 777 388,89
Infraestruturas	13 236 943,20	259 077,17	529 128,41	-1 599 673,06	-28 064,13	12 397 411,59
Património histórico, artístico e cultural	139 283,57	9 835,12			-5 835,12	143 283,57
Bens de domínio público em curso	669 707,53	119 974,48	-724 998,66			64 683,35
	16 197 782,66	422 706,49	-144 008,33	-1 646 663,16	-33 899,25	14 795 918,41
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	3 684 162,15	69 240,04			-217 021,67	3 536 380,52
Edifícios e outras construções	17 098 806,36	151 380,76	241 763,32	-431 399,25		17 060 551,19
Equipamento básico	121 759,07	64 985,15		-55 714,71		131 029,51
Equipamento de transporte	421 806,20	80 996,14		-88 983,58		413 818,76
Equipamento administrativo	52 927,50	7 371,67		-19 054,44		41 244,73
Outros	45 382,06	16 729,49		-16 356,91		45 754,64
Ativos fixos tangíveis em curso	322 629,69	218 390,59	-176 839,32			364 180,96
	21 747 473,03	609 093,84	64 924,00	-611 508,89	-217 021,67	21 592 960,31
TOTAL	37 945 255,69	1 031 800,33	-79 084,33	-2 258 172,05	-250 920,92	36 388 878,72

(*) Nos mapas AFT- Ativos Fixos Tangíveis a submeter para a DGAL, para o Tribunal Contas e para o Ministério das Finanças, os valores de depreciações referente a abates do ano constam na coluna "Diminuições". Os valores da "Quantia escriturada inicial e final" não sofrem qualquer alteração.

f) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

RUBRICAS	ADIÇÕES				
	INTERNAS	COMPRA	TRANSF. OU TROCA	OUTRAS	TOTAL
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Edifícios e outras construções	33 819,72				33 819,72
Infraestruturas	230 777,21	28 299,96			259 077,17
Património histórico, artístico e cultural			4 000,00	5 835,12	9 835,12
Bens de domínio público em curso		119 974,48			119 974,48
	264 596,93	148 274,44	4 000,00	5 835,12	422 706,49
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais		44 186,64		25 053,40	69 240,04
Edifícios e outras construções		151 380,76			151 380,76
Equipamento básico		64 985,15			64 985,15
Equipamento de transporte		80 996,14			80 996,14
Equipamento administrativo		7 371,67			7 371,67
Outros		16 729,49			16 729,49
Ativos fixos tangíveis em curso		218 390,59			218 390,59
		584 040,44		25 053,40	609 093,84
TOTAL	264 596,93	732 314,88	4 000,00	30 888,52	1 031 800,33

g) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	DIMINUIÇÕES			
	ALIENAÇÕES A TÍTULO ONEROSO	TRANSF. OU TROCA	OUTRAS (*)	TOTAL
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Infraestruturas			- 28 064,13	- 28 064,13
Património histórico, artístico e cultural			- 5 835,12	- 5 835,12
			- 33 899,25	- 33 899,25
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	-43 243,92	-173 777,75		-217 021,67
	-43 243,92	-173 777,75		-217 021,67
TOTAL	-43 243,92	-173 777,75	-33 899,25	-250 920,92

(*) Na informação a submeter para a DGAL, para o Tribunal de Contas e para o Ministério das Finanças consta na coluna «Outras» o valor relativo a depreciações de abates. Os valores da «Quantia escriturada inicial e final» não sofrem qualquer alteração.

5.6 - Ativos Fixos Tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Durante o ano de 2020 foram efetuadas regularizações nos bens totalmente depreciados, mas que se encontram em uso, através da reversão das depreciações acumuladas no montante de 50% da quantia escriturada bruta inicial do bem. Esta análise foi efetuada sobre os edifícios e outras construções e nas infraestruturas rodoviárias, de esgotos e de abastecimento de água.

No entanto, em 31/12/2021, verifica-se existirem bens totalmente depreciados que ainda se encontram em uso, conforme mapa seguinte.

CONTA	DESIGNAÇÃO	VALOR
4303	Infraestruturas	853 376,32
432	Edifícios e outras construções	644 169,84
433	Equipamento básico	1 001 668,64
434	Equipamento de transporte	1 023 276,99
435	Equipamento administrativo	592 695,95
437	Outros ativos fixos tangíveis	643 570,44
TOTAL		4 758 758,18

Para estes bens irão ser desenvolvidos procedimentos subsequentes no período de transição adotado, no âmbito da IPSAS 33, para identificação fiável do período de vida útil adicional a atribuir aos ativos identificáveis.

6. Locações

6.1 - Locação Financeira

Em 2021, o Município de Borba não tem em vigor qualquer contrato de locação financeira. De referir, no entanto, que foram remetidos para o Tribunal de Contas, dois processos a solicitar fiscalização prévia aos seguintes contratos:

- “Aquisição de serviços de locação financeira para aquisição de viatura para serviços de ambiente e limpeza urbana 100% elétrica;
- “Aquisição de serviços de locação financeira para aquisição de viatura de passageiros de 5 lugares 100% elétrica”.

6.2 - Locação Operacional

Os contratos de locação operacional são os descritos no mapa seguinte.

BENS LOCADOS	VALOR DO CONTRATO	PAGAMENTOS EFETUADOS ACUMULADOS				FUTUROS PAGAMENTOS MINIMOS				VALOR PRESENTE DOS FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS
		PERÍODO		ACUMULADO		PERÍODO				
		PAGAMENTOS MÍNIMOS	RENDAS CONTINGENTES	PAGAMENTOS MÍNIMOS	RENDAS CONTINGENTES	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	TOTAL	
Equipamento multifunções	38 533,60	13 914,94	23 546,11	14 987,49	23 546,11	12 844,46	10 701,65		23 546,11	23 546,11

7. Custos de empréstimos obtidos

Os “Empréstimos de médio e longo prazo”, de acordo com o novo referencial contabilístico, devem refletir-se nas contas “20.4 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis” e “25.1.1 - Empréstimos bancários”, devendo ainda serem subdivididas de forma a desagregar, por um lado, a componente da dívida exigível curto prazo (passivo corrente) e, por outro, a componente exigível no médio e longo prazo (passivo não corrente).

O mapa completo dos empréstimos encontra-se anexo. Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que de acordo com a NCP 7 - Custos de Empréstimos Obtidos, nomeadamente o parágrafo 20, a capitalização dos custos de empréstimos obtidos deve cessar quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido ou venda estão substancialmente concluídas.

TIPO	CONTA		IDENTIFICAÇÃO		CAPITAL EM DIVIDA A 01/01/2021	CAPITAL	JUROS	CAPITAL EM DIVIDA A 31/12/2021
			N.º DO CONTRATO	NOME DA INSTITUI- ÇÃO				
Médio e longo prazos	20.4	Credores p/empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	EMP N.º 0165000482991	CGD	56 654,22	14 163,56		42 490,66
	20.4	Credores p/empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	EMP N.º 901500521991	CGD	5 363,89	5 363,89		0,00
	25	Financiamentos obtidos	EMP N.º 2128372830007	BPI	41 363,57	41 363,57	-2,75	0,00
	25	Financiamentos obtidos	EMP N.º 000024764425001	Santander	986 413,08	78 913,04		907 500,04
	25	Financiamentos obtidos	EMP N.º 78101120112001250958	Santander	3 175 975,37	244 305,78	91 326,26	2 931 669,59
	25	Financiamentos obtidos	EMP N.º 0770030585	Novo Banco	704 347,78	52 173,91	4 407,97	652 173,87
TOTAL					4 970 117,91	436 283,75	95 731,48	4 533 834,16

9. Imparidade de ativos

9.1 - Imparidades - Ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

As imparidades de ativos geradores de caixa e de ativos não geradores de caixa estão descritas no mapa seguinte:

Ativo	Natureza	31/12/2021			31/12/2020		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	Gerador de caixa	84 326,26		84 326,26	122 515,61		122 515,61
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	412 900,89	160 981,91	251 918,98	330 058,90	74 901,12	255 157,78
Outras contas a receber e a pagar	Gerador de caixa	727 614,25		727 614,25	762 390,20		762 390,20
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Gerador de caixa	303 234,11	12 997,10	290 237,01	121 828,94	9 479,09	112 349,85
TOTAL DE ATIVOS GERADORES DE CAIXA		1 528 075,51	173 979,01	1 354 096,50	1 336 793,65	84 380,21	1 252 413,44
Participações financeiras	Não gerador de caixa	198 490,50		198 490,50	235 240,50	36 750,00	198 490,50
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	36 388 878,72		36 388 878,72	37 945 255,69		37 945 255,69
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	150 698,85		150 698,85	44 746,44		44 746,44
TOTAL DE ATIVOS NÃO GERADORES DE CAIXA		36 738 068,07	0,00	36 738 068,07	38 225 242,63	36 750,00	38 188 492,63
TOTAL		38 266 143,58	173 979,01	38 092 164,57	39 562 036,28	121 130,21	39 440 906,07

As perdas por imparidade referente a “Clientes, contribuintes e utentes” foram constituídas com base na prudência e na avaliação do risco, considerando de grande probabilidade de incobrabilidade as dívidas superiores a um ano.

Esta situação traduziu-se numa utilização da imparidade em 74.901,12 EUR devido a anulação de receita aprovada por deliberação da Câmara Municipal em 15/12/2021 e de um reforço, no montante de 160.981,91 EUR, totalizando-se numa imparidade acumulada no montante de 160.981,91 EUR, que corresponde à dívida de clientes, contribuintes e utentes superior a 1 ano.

Relativamente às perdas por imparidade referentes a “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo”, atendendo ao grau de rotatividade dos bens em armazém, foi necessário efetuar um reforço de 3.518,01 EUR, totalizando numa imparidade acumulada, no montante de 12.997,10 EUR.

O mapa seguinte resume os movimentos do ano referentes a Imparidades.

RUBRICAS	QUANTIA ESCRITURA DA INICIAL	AUMENTOS		DIMINUIÇÕES		QUANTIA ESCRITURA FINAL
		REFORÇOS	TOTAL AUMENTOS	UTILIZAÇÕES	TOTAL UTILIZAÇÕES	
Cientes, contribuintes e utentes	74 901,12	160 981,91	160 981,91	74 901,12	74 901,12	160 981,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 479,09	3 518,01	3 518,01			12 997,10
TOTAL	84 380,21	164 499,92	164 499,92	74 901,12	74 901,12	173 979,01

10. Inventários

10.1 - Divulgação sobre inventários

Em 2021, ao nível dos “Inventários” entendemos ser adequado apresentar as seguintes notas:

- Foi utilizado o método de inventário permanente, não se tendo procedido, ao longo do ano, à contagem física dos bens em armazém com maior rotatividade, devido à situação pandémica vivida. Foi possível efetuar em junho e setembro a contagem física de “gasóleo”, mas não foi possível nem considerado necessário efetuar a contagem física a artigos como “inertes”, “higiene e limpeza” e “canalização”;
- Procedeu-se à contagem física de todos os bens em armazém, em dezembro de 2021;
- O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2021 - custo médio ponderado;
- Da verificação efetuada, apurou-se, durante todo o ano, um desvio negativo de 193,16 EUR;
- Foram considerados como mercadorias os «Terrenos para venda», no montante de 173.777,75 EUR;
- Foi apurado um valor de existências no montante de 303.234,11 EUR, tendo sido registadas imparidades no montante acumulado de 12.997,10 EUR.

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, é a seguinte:

RUBRICAS	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	173 777,75		173 777,75			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	129 456,36	12 997,10	116 459,26	121 828,94	9 479,09	112 349,85
TOTAL	303 234,11	12 997,10	290 237,01	121 828,94	9 479,09	112 349,85

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	VARIAÇÕES					Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias		515 671,45	-515 671,45			173 777,75	173 777,75
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	112 349,85	495 468,86	-487 648,28	-3 518,01	-193,16		116 459,26
TOTAL	112 349,85	1 011 140,31	-1 003 319,73	-3 518,01	-193,16	173 777,75	290 237,01

A demonstração do “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, de 2020 e 2021, consta no mapa seguinte.

MOVIMENTOS	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais		121 828,94	121 828,94		127 528,62	127 528,62
Compras	515 671,45	495 468,86	1 011 140,31	510 371,31	338 675,69	849 047,00
Regularização de existências		173 584,59	173 584,59		874,96	874,96
Existências finais		303 234,11	303 234,11		121 828,94	121 828,94
CMVMC	515 671,45	487 648,28	1 003 319,73	510 371,31	345 250,33	855 621,64

Na comparação com o período homólogo, o ano de 2021 apresenta um CMVMC com um acréscimo de custos na ordem dos 17%. Esta variação reflete-se, essencialmente, na compra de “bens alimentares”, “materiais de construção”, “gasóleo” e “vestuário e artigos pessoais” e, verificando-se uma redução de custos em “gás”, devido à alteração do funcionamento das piscinas cobertas municipais, conforme mapa seguinte.

Este aumento é justificado, essencialmente, pelo surto pandémico COVID-19, em que se constata:

- Em 2020, o encerramento dos estabelecimentos de ensino, refletindo-se na diminuição dos custos com “bens alimentares” e “gasóleo”, e consequente aumento em 2021, com a abertura dos mesmos;
- Em 2021, o reforço de custos com “vestuário e artigos pessoais”.

CMVM	2021	2020	Variação	
			€	%
Mercadorias - água	514 047,85	510 371,31	3 676,54	0,72%
Gasóleo	110 853,80	80 659,99	30 193,81	37,43%
Bens alimentares	90 722,03	32 641,35	58 080,68	177,94%
Outros bens	68 970,09	67 189,25	1 780,84	2,65%
Artigos de conservação e reparação	63 349,44	52 840,51	10 508,93	19,89%
Materiais de construção	61 981,75	28 749,27	33 232,48	115,59%
Vestuário e artigos pessoais	44 891,16	17 839,99	27 051,17	151,63%
Material de higiene e limpeza	21 767,24	21 145,12	622,12	2,94%
Gás	7 510,98	28 252,89	-20 741,91	-73,42%
Material de escritório	6 759,26	6 188,19	571,07	9,23%
Ferramentas e utensílios	5 481,64	3 378,15	2 103,49	62,27%
Óleos e lubrificantes	2 647,81	4 376,10	-1 728,29	-39,49%
Gasolina	2 514,77	1 989,52	525,25	26,40%
Mercadorias - diversos	1 623,60		1 623,60	-%
Outros combustíveis	198,31		198,31	-%
Total	1 003 319,73	855 621,64	147 698,09	17,26%

13. Rendimento de transações com contraprestação

13.1 - Divulgação sobre Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados, quando:

- Os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau associado à posse;
- O montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

TIPO DE TRANSAÇÃO COM CONTRAPRESTAÇÃO	RENDIMENTO DO PERÍODO RECONHECIDO	
	2021	2020
Prestações de Serviços	952 785,42	919 090,98
Venda de bens	510 470,49	517 035,67
Dividendos ou distribuições similares		2 818,83
Outros rendimentos	15 975,82	18 534,16
TOTAL	1 479 231,73	1 457 479,64

14. Rendimento de transações sem contraprestação

14.1 - Divulgação sobre Rendimento de transações sem contraprestação**a) Políticas contabilísticas e métodos adotados**

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Não foram consideradas como transações (sem e com contraprestação) os registos de “Trabalhos para a própria empresa”, “Ganhos em inventários”, “Imputação de subsídios e transferências para investimentos” e “Reversões”.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

TIPO DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2021				31/12/2020			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	782 720,17				790 000,23			
Impostos indiretos	215 388,07				227 132,80		1 289,90	
Taxas (*)	143 144,59		25 737,44	34 126,32	126 463,62		3 804,80	25 737,44
Multas e outras penalidades	6 129,77		33,81	58,08	3 052,65		13,53	33,81
Transferências sem condição	5 246 365,93	1 001 242,82	28 069,58	70 816,54	4 757 113,80	535 907,00		28 069,58
Subsídios com condição			94 446,03	13 509,72				94 446,03
Outros	77 136,38				56 523,72		5 433,00	
TOTAL	6 470 884,91	1 001 242,82	148 286,86	118 510,66	5 960 286,82	535 907,00	10 541,23	148 286,86

(*) Em 31/12/2020, para efeitos de comparabilidade, em “Quantias por receber - Final do período”, foi acrescido o montante de 23.583,57 EUR respeitante a TRH e TGR, que no ano de 2020 se encontravam registadas nas contas “07 - Venda de bens e serviços correntes”.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

De acordo com o ponto 4 da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos judiciais que se encontram em curso, após atualização e reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, procedeu-se em 2021 à reversão da provisão constituída referente ao processo 11972/15 por já encontrar concluído e ao ajustamento da provisão para “processos judiciais em curso”, para o montante de 63.394,16 EUR, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

RUBRICAS	QUANTIA ESCRITU- RADA INICIAL	AUMENTOS		DIMINUIÇÕES			QUANTIA ESCRITU- RADA FINAL
		AUMENTOS DA QUANTIA ESCRITU- RADA	TOTAL AUMENTOS	UTILIZA- ÇÕES	REVERSÕES	TOTAL DIMINUI- ÇÕES	
PROVISÕES							
Processos judiciais em curso	82 943,37	657,28	657,28	487,81	19 718,68	20 206,49	63 394,16
TOTAL	82 943,37	657,28	657,28	487,81	19 718,68	20 206,49	63 394,16

Em 31/12/2021, os processos a decorrer são os que se apresentam de seguida.

Processo n.º	489/17.9BEBJA	726/18.2BEBJA
Instituição	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja
Recorrente	Carlos Roberto Marchante Espiguiha	STAL
Recorrido	Município de Borba	Município de Borba
Pedido	Reposicionamento remuneratório do A. na primeira posição remuneratória da categoria de Encarregado Operacional da Carreira de Assistente Operacional e consequente pagamento das diferenças salariais com efeitos à data de ingresso na mencionada categoria	Reconhecer que as faltas por doença do associado do Autor, porque integrado no regime de proteção social convergente, não afeta o seu direito a férias e, em consequência, a autorizar o gozo por ele vencidas em 01 de janeiro e ainda não gozadas
Valor da ação	5 000,01 EUR	30 001,00 EUR
Posição atual	Apresentada contestação pelo Município	A aguardar decisão

Processo n.º	1698/19.1BEBJA	21/20.7BEBJA
Instituição	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja	Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja
Recorrente	Vitor Manuel Direito Patrício	STAL
Recorrido	Município de Borba	Município de Borba
Pedido	Condenação do Município no pagamento da quantia de 21 681,61 EUR.	Reconhecer que s faltas por doença do Autor, porque integrado no regime de proteção social convergente, não afeta o seu direito a férias e, em consequência, a condenação do Município no pagamento: da importância de 3.179,65 EUR, como compensação pelas férias vencidas em 1 de janeiro de 2018 e de 2019 e não gozadas na pendência do contrato de trabalho; da importância de 1.210,02 EUR, correspondente ao período de férias proporcional ao tempo de duração do contrato de trabalho no ano de 2019; dos juros moratórios, à taxa legal.
Valor da ação	21 681,61 EUR	4 389,70 EUR
Posição atual	Apresentada contestação pelo Município	O Município foi notificado do parecer proferido pelo Ministério Público.

Face ao exposto foram regularizadas as provisões no montante de -19.549,21 EUR (diminuição de 20.206,49 EUR e aumento de 657,28 EUR), ascendendo as provisões a 63.394,16 EUR, conforme mapa seguinte.

Descrição	Atualização anual de Provisões							
	2010 a 2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Processos judiciais em curso	10 734,53	-9 152,99	-690,66	34,61	53 234,46	27 078,59	1 704,83	-19 549,21
Total	63 394,16							

15.2 Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfaçam os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

A NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, refere que um “Passivo contingente é:(a) Uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da entidade; ou (b) Uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecida porque: (i) Não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação; ou (ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.”, acrescentando ainda que os passivos contingentes “... não são reconhecidos como passivos porque são: (i) Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou (ii) Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento desta Norma, quer porque não é provável que seja exigido

um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.”

Face ao exposto, considera-se que as responsabilidades referentes ao desabamento da “Estrada das pedreiras”, que no final de 2018 ocorreu no concelho de Borba, constitui um passivo contingente, sem quantificação com fiabilidade.

À data do encerramento das contas do exercício de 2021, encontra-se a decorrer o processo judicial, no qual serão apuradas as responsabilidades e indemnizações decorrentes do grave acontecimento, que infelizmente recaiu sobre o concelho de Borba.

Sabe-se que o Governo assumiu indemnizar as famílias envolvidas, com um valor indicativo de 1.626.706 EUR, com posterior avaliação da responsabilização monetária e civil que o tribunal vier a atribuir às entidades, onde o Município de Borba se encontra incluído.

Ponderado que foi, pelo executivo municipal, o risco associado a tal acontecimento, entendemos como nossa obrigação legal o dever de relatar a existência de um passivo contingente sem quantificação com fiabilidade, quanto a esta matéria, sendo nossa responsabilidade a avaliação permanente desta contingência, de forma a atempadamente e com fiabilidade vir a dar o tratamento adequado à evolução e decisão que vier a recair sobre o processo.

15.3 Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos sem controlo total da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras desde que isto possa resultar no reconhecimento de rendimentos que possam nunca ser realizados, mas devem ser divulgados, com referência ao seu possível valor.

Como ativo contingente, o Município de Borba considera os pagamentos em atraso divulgados pela Autoridade Tributária, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, referentes a impostos (IMI, IMT e IUC), à data de 31/12/2021, no montante de 94.701,04 EUR.

Os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente, de forma a assegurar que os desenvolvimentos sejam devidamente refletidos/reconhecidos nas demonstrações financeiras. Ao tornar-se virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

17. Acontecimentos após a data de relato

17. Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

No entanto, em 2022 está prevista a aceitação da delegação de competências em diversas áreas (educação, saúde, ação social, etc.) que irão originar o reconhecimento de património nos ativos fixos tangíveis do Município, bem como o assumir de recursos humanos e encargos de funcionamento, não estando, estes impactos, ainda mensuráveis com fiabilidade elevada.

Por outro lado, à doença do COVID-19 verificada nos anos de 2020 e de 2021 e que ainda perdura nesta data, acresce o potencial efeito e perturbação nos mercados financeiros e de matérias-primas decorrente da situação do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, esperando-se efeitos igualmente não mensuráveis nesta data.

18. Instrumentos financeiros

18.1 Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

QUANTIAS ESCRITURADAS DE CADA UMA DAS CATEGORIAS DE ATIVOS FINANCEIROS			31/12/2021			31/12/2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
ATIVOS FINANCEIROS	Ativos financeiros ao custo menos imparidade	Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Devedores por transf. e sub. ã reembolsáveis	84 326,26		84 326,26	122 515,61		122 515,61
		Clientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	251 803,29		251 803,29	255 106,39		255 106,39
		- Contribuintes				11,98		11,98
		- Utentes	115,69		115,69	39,41		39,41
		- Cobrança duvidosa	160 981,91	160 981,91		74 901,12	74 901,12	
		Outros ativos						
		- Estado e Outros Entes Públicos	59 143,11		59 143,11	61 506,74		61 506,74
		- Devedores por acréscimos	706 353,73		706 353,73	751 054,08		751 054,08
		- Outros ativos financeiros	21 260,52		21 260,52	11 336,12		11 336,12
		Participações financeiras	198 490,50		198 490,50	235 240,50	36 750,00	198 490,50
	TOTAIS		1 482 475,01	160 981,91	1 321 493,10	1 511 711,95	111 651,12	1 400 060,83

Numa análise global, comparando com o ano transato, verifica-se um decréscimo dos ativos financeiros, justificado, essencialmente, pela redução do valor dos “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, referente aos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados, de acordo com mapa seguinte.

Operação	Designação da Operação	31/12/2021	31/12/2020
Interreg IIIA - SP4.P42/02	Pira-te.Já	659,68	659,68
POISE-02-3220-FSE-000285	Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL		3 757,44
ALT20-02-5266-FSE-000045	PIICIE - Combate ao insucesso escolar	19 199,25	1 015,88
ALT20-09-0550-FEDER-000014	ModernizaçãoAC@2020		3 088,60
ALT20-08-2316-FEDER-000060	Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e a criação de um Centro de Artes e Ofícios		10 110,11
ALT20-01-0853-FEDER-000052	Pólo Industrial e de apoio à Agricultura da Orada	13 509,72	54 063,60
ALT20-06-4943-FEDER-000011	Casa Social de Borba - Casa de acolhimento temporário		27 183,72
Pedido de Apoio n.º 2016012100195	Programa Sapadores Florestais	20 250,00	8 000,00
	Campanha de Esterilização animal		205,60
	Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Escolares		451,98
	Gabinete Técnico Florestal	13 979,00	13 979,00
	Transportes Escolares	3 653,47	
FSUE-0229999-FSUE-000132	Estratégia para Mitigação do COVID-19 no Município de Borba (P1)	13 075,14	
TOTAL		84 326,26	122 515,61

Os projetos cofinanciados, pelo PORTUGAL 2020, titulados pelo Município e em execução, apresentam a seguinte evolução.

OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	ESTADO CANDIDATURA	DATA ESTADO	CUSTO TOTAL APROVADO	ELEGÍVEL APROVADO	APOIO TOTAL APROVADO	TAXA DE APOIO	APOIO PAGO			P/RECEBER 31/12/2021
								ATÉ 31/12/2020	EM 2021	TOTAL	
ALT20-08-2316-FEDER-000060	Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e a Criação de um Centro de Artes e Ofícios	Em Execução	13/02/2020	144 089,85	144 089,85	122 476,38	85,00%	64 106,26	18 219,08	82 325,34	23 015,00
FSUE-02-9999-FSUE-000132	Estratégia para Mitigação do COVID-19 no Município de Borba (P1)	Em Execução	16/11/2021	37 357,53	37 357,53	37 357,53	100,00%		24 282,39	24 282,39	
ALT20-05-3118-FSE-000013	Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - PEPAL	Em Execução	01/06/2021	29 775,81	29 775,81	25 309,84	85,00%		949,40	949,40	
ALT20-02-5266-FSE-000045	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Concluída	30/06/2021	160 000,00	160 000,00	136 000,00	85,00%	20 400,01	92 063,01	112 463,02	19 199,25
ALT20-06-4943-FEDER-000011	Casa Social de Borba - Casa de Acolhimento Temporário	Em Execução	25/09/2020	104 800,00	104 800,00	89 080,00	85,00%		27 183,72	27 183,72	
ALT20-08-2316-FEDER-000045	Reabilitação do Celeiro da Cultura	Em Execução	27/10/2021	276 854,66	276 854,66	235 326,46	85,00%		133 484,60	133 484,60	
ALT20-09-0550-FEDER-000014	MODERNIZAÇÃO-AC2020	Em Execução	12/11/2021	36 058,24	36 058,24	30 649,50	85,00%	29 117,27	1 532,23	30 649,50	13 509,72
ALT20-01-0853-FEDER-000052	Pólo industrial e de Apoio à Agricultura da Orada	Em Execução	29/07/2020	317 890,00	317 890,00	270 206,50	85,00%	131 363,46	160 291,84	291 655,30	
TOTAL				1 106 826,09	1 106 826,09	946 406,22		244 987,00	458 006,27	702 993,27	55 723,97

A redução global das “Outras contas a receber” é justificada, essencialmente, pelo decréscimo de “Imposto Municipal sobre Transações Onerosas Imóveis” recebido em janeiro de 2022.

OUTRAS CONTAS A RECEBER	31/12/2021	31/12/2020
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	706 353,73	751 054,08
Devedores por acréscimos de rendimentos	706 353,73	751 054,08
Recibos de água	36 800,15	39 823,33
Imposto único de circulação	13 567,11	12 797,88
Derrama	0,61	2,32
Imposto Municipal sobre Imóveis	624 191,79	621 846,32
Imposto Municipal sobre Transações Onerosas Imóveis	20 331,81	74 270,11
Outros acréscimos de proveitos	11 462,26	2 314,12
Outros devedores	21 260,52	11 336,12
TOTAL	727 614,25	762 390,20

18.2 Investimentos financeiros

No final do exercício, as participações sociais em entidades societárias, detidas pelo Município, são as constantes nos mapas seguintes.

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
EDC - Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A.	506035972	SA	70200							a)
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	OPCDP	84114	417.857.175,00	198.490,50	0,05	198.490,50	198.490,50		b)

DESCRIÇÃO	31/12/2021	AUMENTO	REDUÇÃO	31/12/2020
Participações sociais				
- EDC Mármore, SA			36 750,00	36 750,00
- EDC Mármore, SA (IMPARIDADE)		36 750,00		-36 750,00
- Fundo de Apoio Municipal	198 490,50			198 490,50
TOTAIS	198 490,50	36 750,00	36 750,00	198 490,50

a) EDC - Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A.

Capital subscrito pelo Município: 36.750 EUR (7.350 unidades de participação). Capital realizado pelo Município: 36.750 EUR. Capital realizado por ano: 10.000 EUR (2002), 2.792 EUR (2005), 5.584 EUR (2006), 9.187,50 EUR (2008) e 9.186,50 EUR (2010). Entidade declarada insolvente, com a nomeação de Administrador da Massa Insolvente. Em 2021, o Município de Borba procedeu à anulação do valor da participação devido à decisão de encerramento do processo, determinada por “realização do rateio final”, conforme informação do Tribunal Judicial da Comarca de Évora - Juízo de Competência Genérica de Vila Viçosa, de 05/05/2021, referente ao processo de insolvência com o n.º 192/18.2T8VVC.

b) FAM - Fundo de Apoio Municipal¹

Mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira. Trata-se de um fundo constituído em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, visando a recuperação financeira dos municípios em situação de desequilíbrio financeiro, através da implementação de programas de ajustamento municipal. O FAM foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela LOE 2017 que determinou a diminuição do Capital total do FAM, através uma redução progressiva das contribuições para o fundo de 25%, 50%, 75% e 100%, para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente.

O Capital social do FAM teve as seguintes alterações: 650 milhões de euros, alterado pelo art.º 303.º da LOE 2017, para 417.857.175 EUR, com efeitos, a partir de 01/01/2018. O Valor nominal subscrito no FAM teve as seguintes alterações: 308.762,94 EUR (0,0475% do capital total) – art.º 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterado pelo art.º 303.º da LOE 2017 para 198.490,50 EUR. Valor nominal realizado no FAM: 198.490,50 EUR, nomeadamente, 44.109 EUR (2015), 44.109 EUR (2016), 44.109 EUR (2017), 33.081,75 (2018), 22.054,50 EUR (2019) e 11.027,25 EUR (2020). Capital por realizar no FAM: 0.

Redução da participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal

Com a entrada em vigor da LOE/2018², foi alterado o artigo 19.º da RJRFM³, através da qual a subscrição do capital social do FAM⁴ foi modificada, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios, passando de 650 milhões de euros EUR para 417.857.175 EUR. Esta alteração determinou, para o quadriénio 2018-2021, uma redução progressiva das contribuições para o FAM de 25%, 50%, 75% e 100%, para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017 (44.109 EUR). Ao Município de Borba, cabia uma contribuição no montante de 308.762,94 EUR, a realizar em 7 anos ($\pm$ 44.109 EUR por ano), com esta alteração o Município passa a deter uma participação no montante de 198.490,50 EUR, a realizar anualmente conforme mapa seguinte.

FAM	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Subscrição de capital pelo Município de Borba	44.109,00	44.109,00	44.109,00	33.081,75	22.054,50	11.027,25	0,00	198.490,50

¹ Regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pelo art.º 303.º da LOE 2017 que determinou a diminuição do Capital total do FAM, através uma redução progressiva das contribuições para o fundo de 25%, 50%, 75% e 100%, para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, com efeitos contabilísticos, a partir de 01/01/2018.

² Lei do Orçamento de Estado 2018, aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, atenda a Retificação n.º 6/2018, de 26 de fevereiro.

³ Regime Jurídico de Recuperação Financeira Municipal, aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

⁴ Fundo de Apoio Municipal, regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho e pela LOE 2017 que determinou a diminuição do Capital total do FAM, através uma redução progressiva das contribuições para o fundo de 25%, 50%, 75% e 100%, para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, que só terá efeitos contabilísticos, a partir de 01/01/2018.

As entidades não societárias nas quais o Município detém participação são as constantes no mapa seguinte⁵.

Entidade participada		Tipo de entidade (1)	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Obs.
					Em N	Forma de realização		
Denominação	N.I.P.C.					Meios monetários	Em espécie	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	AMFE	94110	-	4.359,24	X		
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	AMFE	91331	-	1.000,00	X		
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	AMFE	84130	-	72.705,24	X		

Tipo de entidade: AMFE - Associação de Municípios com Fins Específicos

Em sede de adoção da IPSAS 33, iremos dar tratamento ao disposto na FAQ 43, quanto ao reconhecimento das participações em entidades não societárias.

18.3 Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

QUANTIAS ESCRITURADAS DE CADA UMA DAS CATEGORIAS DE PASSIVOS FINANCEIROS			QUANTIAS ESCRITURADAS	
			31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Credores por transf., sub. e empréstimos bonificados		
		- Credores por transferência e subsídios não reembolsáveis	624 083,91	667 259,80
		Fornecedores	97 716,90	412 920,21
		Outros passivos		
		- Estado e outros entes públicos		5,29
		- Credores por acréscimos	580 981,70	572 281,86
		- Credores diversos	445 362,60	217 986,47
		Financiamentos obtidos	4 533 834,16	4 970 117,91
TOTAIS			6 281 979,27	6 840 571,54

Numa análise global, comparando com o ano transato, verifica-se uma redução dos passivos financeiros, resultado essencialmente da redução de “Financiamentos obtidos” e de “Fornecedores”.

De salientar o aumento significativo de “Credores diversos”, devido à celebração com a IP Património – Administração e gestão imobiliária, S.A., do “contrato de subconcessão de uso privativo de parcelas de terrenos e conjunto edificado da estação ferroviária de Borba, no ramal de Vila Viçosa, do domínio público ferroviário”, por um período de 25 anos.

⁵ Para melhores especificações consultar o anexo «Mapa de participações em entidades não societárias».

Os “Credores por acréscimos” e “Credores diversos” desagregam-se pelas seguintes componentes:

CREDORES	31/12/2021	31/12/2020
Passivo não corrente		
- Cauções	84 773,79	67 449,95
- Outros credores	323 905,14	112 238,75
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	441 762,14	430 025,28
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	25 116,44	18 503,84
- Outros acréscimos de gastos	114 103,12	123 752,74
- Outros credores		
- FAM		
- Adiantamentos por conta vendas	15 230,00	17 026,50
- Cred. Diversos - Outros	21 453,67	21 271,27
TOTAIS	1 026 344,30	790 268,33

Ao nível dos “Financiamentos obtidos” agregam-se nos termos seguintes:

FINANCIAMENTOS	31/12/2021			31/12/2020		
	PASSIVO CORRENTE	PASSIVO NÃO CORRENTE	TOTAL	PASSIVO CORRENTE	PASSIVO NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos bonificados	14 163,56	28 327,10	42 490,66	19 527,45	42 490,66	62 018,11
- CGD/IHRU	14 163,56	28 327,10	42 490,66	14 163,56	42 490,66	56 654,22
- CGD/Outros	0,00	0,00	0,00	5 363,89		5 363,89
Empréstimos financiamento	375 393,44	4 115 950,06	4 491 343,50	416 756,32	4 491 343,48	4 908 099,80
- BPI	0,00	0,00	0,00	41 363,57		41 363,57
- Santander Totta	323 218,82	3 515 950,81	3 839 169,63	323 218,85	3 839 169,60	4 162 388,45
- Novo Banco	52 174,62	599 999,25	652 173,87	52 173,90	652 173,88	704 347,78
TOTAL	389 557,00	4 144 277,16	4 533 834,16	436 283,77	4 533 834,14	4 970 117,91

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:

ANOS	CGD	SANTANDER TOTTA	NOVO BANCO	TOTAL
2022	14 163,56	323 218,82	52 174,62	389 557,00
2023	14 163,54	323 218,82	52 173,90	389 556,26
2024	14 163,56	323 218,82	52 173,90	389 556,28
2025		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2026		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2027		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2028		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2029		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2030		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2031		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2032		323 218,82	52 173,90	375 392,72
2033		283 762,61	52 173,90	335 936,51
2034			26 086,35	26 086,35
TOTAIS	42 490,66	3 839 169,63	652 173,87	4 533 834,16

19. Benefícios dos empregados

19.1 Indicadores de Recursos Humanos e gastos com o pessoal

Os indicadores de recursos humanos, considerando os contratos a termo e por tempo indeterminado de trabalhadores do Município, são os seguintes:

RECURSOS HUMANOS	2021	2020
Número de trabalhadores no final do período	211	201
Número médio de trabalhadores ao longo do período	211	193
Idade média dos trabalhadores	50	50
Antiguidade média dos trabalhadores	18	20
Horas de formação totais	834	161
Média de horas de formação por trabalhador	7	1
Gastos com o pessoal (*)	2 836 557,95	2 642 597,67
Gastos médios por trabalhador	13 443,40	13 692,22
N.º de Dias de faltas	5285	6057
Taxa geral de absentismo	9,50%	5,93%
Total de acidentes de trabalho	9	11
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	4%	6%

(*) Considerando as "Remunerações do pessoal" constantes no mapa infra.

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

GASTOS COM O PESSOAL	2021	2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Remunerações Órgãos Autárquicos	162 398,33	155 630,66	4,35%	6 767,67
Remunerações do pessoal	2 836 557,95	2 642 597,67	7,34%	193 960,28
- Remunerações base	2 107 303,48	1 973 021,04	6,81%	134 282,44
- Subsídios de férias	181 069,92	170 501,53	6,20%	10 568,39
- Subsídios de Natal	177 160,00	167 515,96	5,76%	9 644,04
- Despesas de representação	24 479,07	26 796,84	-8,65%	-2 317,77
- Subsídio de refeição	207 752,58	196 008,83	5,99%	11 743,75
- Trabalho extraordinário	79 636,39	53 941,97	47,63%	25 694,42
- Trabalho em regime de turnos	12 466,23	12 534,52	-0,54%	-68,29
- Abono para falhas	4 771,83	4 474,27	6,65%	297,56
- Ajudas de custo	6 295,02	5 224,40	20,49%	1 070,62
- Outros suplementos	35 623,43	32 578,31	9,35%	3 045,12
Pensões	1 253,70	4 818,93	-73,98%	-3 565,23
Encargos s/ Remunerações	678 837,08	627 262,47	8,22%	51 574,61
Seguros de acid. trab e doenças profis.	84 022,61	60 430,43	39,04%	23 592,18
Outros gastos com o pessoal	105 585,60	109 172,88	-3,29%	-3 587,28
Outros encargos sociais	9 865,20	11 893,13	-17,05%	-2 027,93
TOTAL	3 878 520,47	3 611 806,17	7,38%	266 714,30

Numa análise global, comparando com o ano transato, verifica-se um aumento dos gastos com pessoal, próximo de 267.000 EUR (aumento superior a 7%, face a 2020).

Esta situação é justificada principalmente pelo aumento de “Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo”, de “Estagiários”, e de “Outras situações”, que abarca também os custos com a contratação de trabalhadores no âmbito do programa “Emprego apoiado”, cujo objetivo é apoiar a qualificação de pessoas com deficiências e incapacidades, dinamizado pelo do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Por outro lado, também é visível um significativo aumento com “Trabalho extraordinário”.

As situações descritas têm reflexo no aumento dos custos com “Subsídio de refeição” e com os “Encargos sobre as remunerações”.

30. Outras divulgações

30.1 ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

As alterações no património líquido por naturezas, ocorreu nos termos seguintes:

RUBRICAS	31/12/2020	APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	REPOSIÇÃO SUBSÍDIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	OUTROS MOVIMENTOS	31/12/2021
51 - Património	20 797 571,29					20 797 571,29
56 - Resultados transitados	2 320 925,93	(347 007,98)			(73 466,77)	1 900 451,18
- Resultados transitados	(4 571 510,59)	(347 007,98)				(4 918 518,57)
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	6 892 436,52				(73 466,77)	6 818 969,75
59 - Outras variações no património líquido	10 746 148,09		(648 044,35)		659 590,84	10 757 694,58
- Transferências e subsídios de capital	10 455 755,61		(648 044,35)		630 537,44	10 438 248,70
- Ativos depreciables	9 919 848,61		(533 082,17)		50 239,44	9 437 005,88
- Outras transferências, subsídios de capital	535 907,00		(114 962,18)		580 298,00	1 001 242,82
- FEF Capital	401 138,00		(67 335,29)		428 395,00	762 197,71
- Art.º 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	134 769,00		(47 626,89)		151 903,00	239 045,11
- Doações obtidas	278 611,03					278 611,03
- Transferências de ativos	11 781,45				29 053,40	40 834,85
88 - Resultados líquido do exercício	(347 007,98)	347 007,98		(761 300,95)		(761 300,95)
TOTAL	33 517 637,33		(648 044,35)	(761 300,95)	586 124,07	32 694 416,10

As movimentações ocorridas resultam de:

- Transferência do resultado líquido do período de 2020, para resultados transitados;
- Reconhecimento do resultado líquido do período de 2021;
- Reconhecimento das transferências de capital, resultantes do FEF Capital e n.º 3, art.º 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- Reconhecimento da imputação a resultados das transferências e subsídios de capital atribuídas a ativos depreciables;
- Reconhecimentos de ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP e outros ajustamentos;
- As “transferências de ativos” consideram o registo do “Padrão e Montes Claros” e a reversão para o Município de Borba do Lote 77 da Zona Industrial da Cruz de Cristo.

As transferências e subsídios de capital para ativos depreciables, não sujeitos a condições, exprime os seguintes movimentos:

CONTA	31/12/2020	AUMENTOS	REPOSIÇÃO	31/12/2021
5931 Transf. sub. p/aquis.ativos depreciables				
Cooperação Técnica e Financeira		50 239,44	3 884,65	46 354,79
Comparticipação FEDER - Capital	9 099 701,00		496 130,95	8 603 570,05
Comparticipação FEOGA				
Comparticipação Interreg	212 460,10		4 452,36	208 007,74
Comparticipação URBCOM	90 708,56		11 478,49	79 230,07
PIDDAC	497 976,62		13 309,51	484 667,11
Comparticipação Fundo Eficiência Energética	19 051,83		3 826,21	15 225,62
TOTAL	9 919 898,11	50 239,44	533 082,17	9 437 055,38



O mapa abaixo descreve, por projeto, as “Transferências e subsídios de capital”:

CONTA	PROJETO	31/12/2020	AUMENTOS	REPOSIÇÕES	31/12/2021
593	Transferências e subsídios de capital				
	EM 508-4	28 543,05		28 543,05	0,00
	Caminhos rurais: Alagoa - R Moinhos	49 584,60		5 509,39	44 075,21
	Caminhos rurais: Peruzinha - Orada	60 577,94		8 345,51	52 232,43
	Cineteatro	274 519,75		3 173,54	271 346,21
	Conduta Borba-Orada	24 545,75		3 347,16	21 198,59
	Variante ao Pólo Industrial de Rio Moinhos	45 211,45		4 483,74	40 727,72
	EM 508	721 876,70		74 788,65	647 088,05
	Escola Básica 1 da Nora	19 593,51		167,07	19 426,44
	Escola Básica 1 da Orada	26 637,95		475,36	26 162,59
	Escola Básica 1 de Barro Branco	11 861,05		1 024,61	10 836,44
	Escola Básica 1 de Rio de Moinhos	20 654,60		2 350,42	18 304,18
	Escola Básica Integrada - Borba baixo	12 326,17		1 320,74	11 005,43
	Escola Básica Integrada - Borba cima	33 768,68		2 871,32	30 897,36
	Escola Básica Padre Bento Pereira e Centro Escolar / Pavilhão Desportivo / Mobiliário, Equipamento Informático e Material Didático	4 213 005,44		112 547,10	4 100 458,34
	Fórum Transfronteiriço	212 410,60		4 452,36	207 958,24
	Jardim Municipal	470 498,93		23 952,77	446 546,16
	Jardim Municipal - Edifício	44 377,56		1 293,02	43 084,54
	Loteamento da Nave	146 875,00		24 128,97	122 746,03
	Loteamento N. Senhora da Vitória (Barro Branco)	95 184,36		15 974,96	79 209,40
	Mercado Municipal	204 442,19		7 323,94	197 118,25
	Palacete dos Mellos - 2ª fase	447 154,63		6 261,75	440 892,88
	Pavilhão de Eventos	485 722,00		12 568,54	473 153,46
	Piscinas Cobertas Municipais	707 345,25		11 194,06	696 151,19
	Pista de Atletismo	120 602,71		17 634,46	102 968,25
	Polidesportivo de Rio de Moinhos	0,00	50 239,44	3 884,65	46 354,79
	Proj. Rev. Zona antiga de Borba - URBCOM	90 708,56		11 478,49	79 230,07
	Projeto de Eficiência Energética	4 364,33		76,21	4 288,12
	Projeto WIFI	14 687,50		3 750,00	10 937,50
	Remodelação das Redes Águas e Esgotos	139 338,68		17 632,27	121 706,41
	V4/V5, V6/V7 de acesso à ADC 3	1 148 526,69		116 849,28	1 031 677,41
	V6.3 de acesso à ADC 3	44 902,98		5 678,79	39 224,19
	Projetos de investimento - FEF capital	401 138,00	428 395,00	67 335,29	762 197,71
	Projetos de investimento - Artigo 35.º da Lei n.º 73/2013	134 769,00	151 903,00	47 626,89	239 045,11
	TOTAL	10 455 755,61	630 537,44	648 044,35	10 438 248,70

30.2 Rendimentos e ganhos

Ao efetuar uma análise global comparativa dos “Rendimentos e ganhos” dos períodos de 2021 e 2020, é possível concluir que se verificou um aumento superior a 690.000 EUR (mais de 8% face a 2020).

A totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascenderam aos montantes constantes no mapa seguinte.

RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
70 Impostos, contribuições e taxas	1 147 382,60	1 146 649,30	0,06%	733,30
71 Vendas	510 470,49	517 035,67	-1,27%	-6 565,18
72 Prestações de serviços e concessões	952 785,42	919 090,98	3,67%	33 694,44
74 Trabalhos para a própria entidade	269 789,03	157 337,15	71,47%	112 451,88
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	5 246 365,93	4 757 113,80	10,28%	489 252,13
76 Reversões	19 718,68			19 718,68
78 Outros rendimentos	708 935,93	665 367,03	6,55%	43 568,90
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares		2 818,83	-100,00%	-2 818,83
Totais	8 855 448,08	8 165 412,76	8,45%	690 035,32

O aumento global dos rendimentos e ganhos é justificada principalmente pelo aumento das “Transferências e subsídios correntes obtidos”, de onde se destaca o aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF corrente), dos proveitos referentes ao projeto “Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)” e do projeto “Estratégia para a mitigação do Covid-19 no Município de Borba”.

No entanto, há a referir também o aumento dos proveitos com “Prestações de serviços”, “trabalhos para a própria empresa”, resultantes do período de pandemia vivido em 2020, sendo em 2021 já visível alguma recuperação, e do aumento de “Outros rendimentos”, justificado pelos proveitos referentes à imputação de subsídios e transferências para investimentos do ano 2021, e do ano 2020 (constantes em “Correções relativas a períodos anteriores”).

30.3 Gastos e perdas

Ao efetuar uma análise global comparativa dos “Gastos e perdas” dos períodos de 2021 e 2020, é possível concluir que se verificou um aumento superior a 1,1 milhões de euros (13% face ao ano 2020).

O entanto, nesta análise comparativa, há que ter em consideração que o ano de 2020 foi um ano atípico devido ao período de pandemia vivido, e durante o qual, não foram desenvolvidas quaisquer atividades culturais e recreativa, como os eventos: “Ervas & Companhia”, “Queijo & Sabores” e “Festa da Vinha e do Vinho”, e encontraram-se encerrados alguns equipamentos, com especial ênfase para as piscinas cobertas, piscinas descobertas e centro escolar de Borba.

A totalidade dos “Gastos e perdas”, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2021	2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
60 Transferências e subsídios concedidos	674 237,88	351 121,46	92,02%	323 116,42
61 CMVMC	1 003 319,73	855 621,64	17,26%	147 698,09
62 Fornecimentos e serviços externos	1 376 792,83	1 134 354,86	21,37%	242 437,97
63 Gastos com o pessoal	3 878 520,47	3 611 806,17	7,38%	266 714,30
64 Gastos de depreciação e de amortização	2 282 072,29	2 323 259,91	-1,77%	-41 187,62
65 Perdas por imparidade	164 499,92	53 494,40	207,51%	111 005,52
67 Provisões	657,28	1 704,83	-61,45%	-1 047,55
68 Outros gastos	133 345,49	78 768,72	69,29%	54 576,77
69 Gastos por juros e outros encargos	103 303,14	102 288,75	0,99%	1 014,39
TOTAIS	9 616 749,03	8 512 420,74	12,97%	1 104 328,29

Este significativo aumento é justificado pelo acréscimo dos gastos com:

- “Transferências e subsídios concedidos”, devido à celebração do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Sport Clube Borbense, para “Substituição do relvado sintético no campo de futebol do Parque Desportivo de Borba”. Em 19/02/2020, por deliberação da Câmara Municipal de Borba, foi aprovado outorgar com o Sport Clube Borbense um contrato de comodato, com cedência àquela coletividade do campo de futebol municipal e declaração com autorização de realização das intervenções necessárias no complexo desportivo conducentes à “Substituição do relvado sintético no campo de futebol do Parque Desportivo de Borba”. A referida deliberação foi tomada pelo facto de o Sport Clube Borbense manifestar disponibilidade para assumir a apresentação de uma candidatura ao Programa de Requalificação de Infraestruturas Desportivas 2020 (PRID 2020), com a condição de o Município assumir a despesa não comparticipada;
- “Custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas”, justificado pela alteração contabilística dos “Terrenos para venda”, no montante de 173.777,75 EUR. Estes encontravam-se registados como “Ativos fixos tangíveis” e em 2021, de acordo com as orientações da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que acompanha este Município, foram considerados como “Mercadorias”;
- “Fornecimento e serviços externos”, devido ao facto de em 2021, em período pós-pandemia, ainda com restrições, mas em cumprimento de regras de mitigação de contágios, ter sido possível desenvolver algumas atividades culturais e recreativas, com destaque para a “Festa da Vinha e do Vinho”;
- “Gastos com pessoal”, que de acordo com o descrito no ponto 19.1, se deve à contratação de “Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo”, de “Estagiários”, e de outros trabalhadores no âmbito do programa “Emprego apoiado”;
- “Perdas por imparidade”, devido ao aumento de dívidas de “Clientes, contribuintes e utentes”, superiores a um ano, com especial relevância para os clientes de água, cujo valor é de aproximadamente 150.000 EUR (cerca de 90% das imparidades registadas);
- “Outros gastos”, justificada, essencialmente, pelo abate do equipamento de iluminação pública (luminárias), no âmbito do projeto de eficiência energética desenvolvido em parceria com os Municípios do Alentejo Central e com CIMAC.

30.4 Transferências e Subsídios concedidos

As “Transferências e subsídios concedidos”, durante os anos de 2021 e 2020, apresentam o seguinte desenvolvimento:

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2021	2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Transferências correntes concedidas				
- Estado	7 187,00	0,00		7 187,00
- Freguesias	103 696,31	73 006,52	42,04%	30 689,79
- Associações de Municípios	63 592,08	46 861,25	35,70%	16 730,83
- Instituições sem fins lucrativos	120 964,86	100 019,34	20,94%	20 945,52
- Famílias	115 642,20	75 998,38	52,16%	39 643,82
Subtotal	411 082,45	295 885,49	38,93%	115 196,96
Transferências capital concedidas				0,00
- Estado	0,00	15 331,73	-100,00%	-15 331,73
- Associações de Municípios	55 298,98	37 487,29	47,51%	17 811,69
- Instituições sem fins lucrativos	207 856,45	2 416,95	8499,95%	205 439,50
Subtotal	263 155,43	55 235,97	376,42%	207 919,46
TOTAIS	674 237,88	351 121,46	92,02%	323 116,42

Numa análise global, verifica-se um acréscimo de gastos para a Autarquia, superior a 92% (mais de 323.000 EUR), devido, essencialmente, às transferências de capital concedidas a instituições sem fins lucrativos, que, isoladamente, assumem uma variação superior a 200.000 EUR face a 2020.

As transferências correntes concedidas às Freguesias respeitam aos protocolos de descentralização de competências e protocolos/acordos de colaboração/parceria celebrados.

As transferências concedidas (correntes e de capital) a Associações de Municípios, incluem as transferências efetuadas à CIMAC⁶ (projetos desenvolvidos em parceria), com especial referência ao contrato de gestão de eficiência energética desenvolvido em parceria com outros municípios do Alentejo Central.

As transferências correntes para as famílias incluem os apoios a estudantes, através de bolsas de estudo ou de subsídios escolares e os custos com o pagamento de bolsas no âmbito de programas ocupacionais (CEI e CEI+), do IIEFP⁷.

⁶ Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

⁷ Instituto de Emprego e Formação Profissional.

As transferências correntes e de capital, concedidas a “Instituições sem fins lucrativos”, contém os apoios efetuados a diversas entidades, conforme mapas seguintes.

ENTIDADE	2021	2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Associação a Música Portuguesa a gostar dela própria		1 500,00	-100,00%	-1 500,00
Associação Amigos do Barro Branco	415,45	1 374,00	-69,76%	-958,55
Associação Borba Contigo Cidade Compassiva	776,64	1 021,00	-23,93%	-244,36
Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Orada	1 480,14	1 082,00	36,80%	398,14
Associação de Desenvolvimento Montes Claros	624,92	481,00	29,92%	143,92
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Borba	56 000,00	43 500,00	28,74%	12 500,00
Associação Jovem de Orada		2 356,91	-100,00%	-2 356,91
Associação Portuguesa de Deficientes	875,79	772,00	13,44%	103,79
Ass. Unit. Reformados, Pensionistas e Idosos de Borba	743,03	831,00	-10,59%	-87,97
Barbus - Associação Borba Mais	3 814,66	3 699,20	3,12%	115,46
Casa da Cultura da Orada	2 461,16	3 982,00	-38,19%	-1 520,84
Centro Cultural de Borba	10 537,00	8 268,00	27,44%	2 269,00
Centro de Cultura Desporto da Freguesia Matriz	929,21	1 410,83	-34,14%	-481,62
Clube de Praticantes BTT e Ciclismo 33 CL Bike	1 335,30	1 413,00	-5,50%	-77,70
Clube Rugby de Borba	5 429,29	2 913,84	86,33%	2 515,45
Dignitude	500,00			500,00
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Bartolomeu	15 000,00			15 000,00
Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora da Neves	1 500,00			1 500,00
Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos		2 083,99	-100,00%	-2 083,99
Projeto Desportivo do atleta João Vicente Ferreira Espiguiinha	700,00			700,00
Projeto Desportivo do piloto António Manuel Carriço do Maio	3 000,00	3 000,00		
RBF - Associação Rock Best Friends	1 010,31			1 010,31
Serviços Sociais dos trabalhadores da CMB		3 640,00	-100,00%	-3 640,00
Sport Clube Borbense	13 831,96	16 690,57	-17,13%	-2 858,61
TOTAL	120 964,86	100 019,34	20,94%	20 945,52

ENTIDADE	2021	2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba	1 000,00			1 000,00
Associação de Moradores da Horta do Picadeiro	16 995,00			16 995,00
Sport Clube Borbense	189 861,45			189 861,45
Irmadade de Senhor Jesus dos Aflitos		2 416,95	-100,00%	-2 416,95
TOTAL	207 856,45	2 416,95	8499,95%	205 439,50

30.5 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2021 e 2020, apresenta-se conforme segue.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		2021	2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
621	Subcontratos e parcerias	446 262,99	441 043,24	1,18%	5 219,75
	- Serviços de Saneamento básico	184 398,45	183 579,75	0,45%	818,70
	- Serviço de Recolha e Tratamento Dep. Resíduos	191 777,07	165 049,94	16,19%	26 727,13
	- Iluminação Pública	57 909,34	77 166,30	-24,96%	-19 256,96
	- Transportes Escolares	12 178,13	15 247,25	-20,13%	-3 069,12
622	Serviços especializados	542 111,66	340 142,56	59,38%	201 969,10
	- Trabalhos especializados	238 121,47	124 818,02	90,77%	113 303,45
	- Publicidade comunicação e imagem	14 427,90	4 363,85	230,62%	10 064,05
	- Vigilância e segurança	6 236,38	7 956,31	-21,62%	-1 719,93
	- Honorários	87 159,64	52 459,35	66,15%	34 700,29
	- Comissões de cobrança de impostos e taxas	25 338,40	25 119,82	0,87%	218,58
	- Comissões de outras cobranças	6 768,50	6 405,70	5,66%	362,80
	- Conservação e reparação	164 059,37	119 019,51	37,84%	45 039,86
623	Materiais de consumo	22 469,80	27 656,47	-18,75%	-5 186,67
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 644,73	3 131,28	-47,47%	-1 486,55
	- Livros e documentação técnica		45,00	-100,00%	-45,00
	- Material de escritório	575,66	547,90	5,07%	27,76
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	2 326,89	19 548,03	-88,10%	-17 221,14
	- Material de educação cultura e recreio	13 158,01	1 521,94	764,56%	11 636,07
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	1 000,93	349,92	186,05%	651,01
	- Produtos químicos e de laboratórios	40,59			40,59
	- Outros fornecimentos e serviços	3 722,99	2 512,40	48,18%	1 210,59
624	Energia e fluídos	136 523,74	120 344,07	13,44%	16 179,67
	- Eletricidade	100 400,03	99 847,47	0,55%	552,56
	- Combustíveis e lubrificantes	1 751,08	8 096,68	-78,37%	-6 345,60
	- Outros	34 372,63	12 399,92	177,20%	21 972,71
625	Deslocações, estadas e transportes	4 687,65	1 479,40	216,86%	3 208,25
	- Deslocações e estadas	2 252,25	1 479,40	52,24%	772,85
	- Outros	2 435,40			2 435,40
626	Serviços diversos	224 736,99	203 689,12	10,33%	21 047,87
	- Rendas e alugueres	54 360,44	35 217,10	54,36%	19 143,34
	- Comunicação	37 790,79	34 938,19	8,16%	2 852,60
	- Seguros	29 409,14	30 575,91	-3,82%	-1 166,77
	- Contencioso e notariado	1 531,16	1 289,36	18,75%	241,80
	- Despesas de representação dos serviços	21 261,62			21 261,62
	- Limpeza, higiene e conforto	17 970,30	13 820,31	30,03%	4 149,99
	- Fornecimentos e serviços diversos	62 413,54	87 848,25	-28,95%	-25 434,71
TOTAIS		1 376 792,83	1 134 354,86	21,37%	242 437,97

Numa análise global verifica-se um aumento dos gastos na ordem dos 20%, de aproximadamente 250.000 EUR, resultante de, no ano de 2020 se ter verificado uma redução do nível de atividade da Autarquia, devido à não realização de ações/projetos programadas, justificada pela pandemia do COVID-19.

Este aumento é mais visível ao nível de serviços especializados, resultantes, essencialmente, da realização de atividades culturais e recreativas, com especial relevância para a realização da “Festa da Vinha e do Vinho”.

30.6 Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos assumem a seguinte expressão:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Gastos a reconhecer				
- Transferências e subsídios concedidos com condições (corrente)	46 482,19	43 175,89	7,66%	3 306,30
- Transferências e subsídios concedidos com condições (não corrente)	723 027,04	624 083,91	15,85%	98 943,13
- Seguros	22 471,77	32 853,97	-31,60%	-10 382,20
Totais	791 981,00	700 113,77	13,12%	91 867,23

O aumento face ao ano anterior respeita ao valor das transferências e subsídios concedidos com condições (corrente e não corrente), referentes às transferências a efetuar para “IP Património - Administração e gestão imobiliária, S.A.”, decorrentes do “contrato de subconcessão de uso privativo de parcelas de terrenos e conjunto edificado da estação ferroviária de Borba, no ramal de Vila Viçosa, do domínio publico ferroviário”.

30.7 Diferimentos passivos

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2021	31/12/2020	Δ 2020/2021 %	Δ 2020/2021 €
Rendimentos a reconhecer				
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	569 816,88	360 281,16	58,16%	209 535,72
- Cooperação técnica e financeira	0,00	50 239,44	-100,00%	-50 239,44
- FEDER	569 816,88	310 041,72	83,79%	259 775,16
- Outros	9 275,62	7 685,64	20,69%	1 589,98
Totais	579 092,50	367 966,80	57,38%	211 125,70

As transferências e subsídios de capital obtidos com condições diz respeito a financiamentos que ainda não se encontram concluídos e tiveram a seguinte evolução:

CONTA	31/12/2020	AUMENTOS	DIMINUIÇÃO	REGULA- RIZAÇÃO	31/12/2021
2822 Transf. sub. p/aquis.ativos depreciables					
Cooperação Técnica e Financeira	50 239,44		50 239,44		0,00
Comparticipação FEDER - Capital	310 041,72	264 395,99		4 620,83	569 816,88
TOTAL	360 281,16	264 395,99	50 239,44	4 620,83	569 816,88

30.8 Outras

Não existem dívidas em mora às autoridades fiscais e parafiscais.